



ELO SERVIÇOS S.A.

CNPJ nº 09.227.084/0001-75

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras.

Visão Geral

A Companhia foi fundada em 2011 pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), pelo Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e pela Caixa Econômica Federal ("Caixa"), três das maiores instituições brasileiras de serviços financeiros, com a intenção de estabelecer uma alternativa local perante os principais players do mercado e democratizar o acesso aos meios de pagamento digitais pouco explorados no Brasil. A Companhia acredita que ser detida e administrada localmente lhe confere uma capacidade única de entender as necessidades locais de seus clientes, incluindo emissores, adquirentes e titulares de cartões, e a ter maior flexibilidade para responder de forma rápida e eficaz às mudanças na dinâmica do mercado.

A Companhia gerencia um portfólio de bandeiras de cartões de débito, crédito e pré-pagos amplamente aceitos, incluindo Elo Básico, bem como um portfólio *premium* (Elo Mais, Elo Grafite, Elo Nanquim e Elo *Diners*) para clientes pessoas físicas e jurídicas. Também fornece uma variedade de serviços de pagamento para prestar suporte a pagamentos de débito, crédito e relacionados para instituições financeiras, varejistas e *fintechs*.

A Companhia promove o comércio por meio da transferência de fundos e informações entre instituições financeiras, comerciantes, consumidores, empresas e entidades governamentais no setor de meios de pagamento, que está em constante evolução. A Companhia é uma das empresas líderes em tecnologia de pagamento a crescer de forma acelerada no Brasil em termos de volume de transações de pagamentos (*total payment volume* ou "TPV") e número de cartões ativos.

Prêmios e Reconhecimentos

- 3º lugar para se trabalhar em Barueri e Região de acordo com o ranking Great Place to Work em agosto de 2022 - Categoria Médias Empresas;
- 5º lugar para se trabalhar no Brasil como uma das Melhores Instituições Financeiras de acordo com o ranking Great Place to Work em dezembro de 2022 - Categoria Médias Empresas;
- 19º lugar como uma das Melhores empresas para se trabalhar em São Paulo de acordo com o ranking Great Place to Work em 2022 - Categoria Médias Empresas.

Desempenho operacional

O volume transacionado da Elo nos doze meses de 2022 totalizou R\$ 344,3 bilhões, sendo R\$ 113,1 bilhões transacionados no crédito, R\$ 230,3 bilhões transacionados no débito, incluindo R\$ 0,3 bilhão referente às transações oriundas do Auxílio Emergencial (Poupança Social Digital) sendo estas encerradas em 31 de março de 2022, e demais produtos especializados que compõe o volume total.

Ativo Circulante	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	610.668	711.071
Contas a receber	6	204.004	192.425
Impostos a recuperar	7	40.759	39.768
Despesas antecipadas	8	53.037	77.628
Outros créditos	9	29.825	32.287
Total do ativo circulante		938.293	1.053.179
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	158.771	104.760
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	74.980	79.727
Outros créditos	9	9.503	13.499
		243.254	197.986
Imobilizado	10	15.149	9.258
Direitos de uso	17.1	6.216	10.468
Intangível	11	140.456	160.195
Total do ativo não circulante		405.075	377.907
Total do Ativo		1.343.368	1.431.086

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital					Lucro Acumulados	Total do patrimônio líquido
	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de expansão	Reserva de distribuição		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		295.870	31.827	1.019.473	-	506.955	1.347.170
Lucro líquido do período		-	-	-	-	506.955	506.955
Dividendos adicionais	21.c	-	-	(661.916)	-	-	(661.916)
Aumento de capital	21.a	46.757	-	(46.757)	-	-	-
Marca	21.b	-	-	(400.000)	-	-	(400.000)
Destinação do lucro líquido:							
Juros sobre capital próprio	21.c	-	-	-	(34.126)	-	(34.126)
Dividendos mínimos obrigatórios	21.c	-	-	-	(23.174)	-	(23.174)
Dividendos adicionais propostos	21.b	-	-	-	(208.565)	-	(208.565)
Reserva legal	21.b	-	25.348	-	(25.348)	-	-
Reserva expansão	21.b	-	-	215.742	(215.742)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		342.627	57.175	335.107	-	453.730	734.909
Lucro líquido do período		-	-	-	-	453.730	453.730
Dividendos adicionais	21.c	-	-	(335.107)	-	-	(335.107)
Destinação do lucro líquido:							
Juros sobre capital próprio	21.c	-	-	-	(34.094)	-	(34.094)
Dividendos a pagar	21.c	-	-	-	(408.286)	-	(408.286)
Reserva legal	21.b	-	11.350	-	(11.350)	-	-
Saldos em 31 de novembro de 2022		342.627	68.525	-	-	411.152	734.909

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Elo Serviços S.A. ("Companhia" ou "Elo") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil que tem como acionistas controladores a Elo Participações Ltda., a Caixa Cartões Holding S.A. e a Bradescard Elo Participações S.A. O endereço registrado do escritório da Companhia é Alameda Xingú, 512, 5º e 6º andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Elo Serviços é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 e tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: Consumidores, Estabelecimentos, Bancos Emissores, Credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema. Tendo seus controladores como principais emissores de cartões de débito e crédito com a bandeira Elo. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Conselho de Administração, em 03 de março de 2023.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Elo. As áreas que requerem maior grau de julgamento e maior complexidade e as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2 (f).

b. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio da moeda funcional na data do balanço. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio nas datas das transações iniciais.

c. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo IASB e CPC, mas não são obrigatórias para os exercícios do relatório de 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

- Alterações no IAS 1 "Apresentação das demonstrações contábeis", correlato ao CPC 26, referente a classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante. Conforme emitido em janeiro de 2020 (alterações de 2020), estão sujeitas a desenvolvimentos futuros. Determinadas questões de aplicação resultantes das alterações de 2020 foram levantadas pelo *IFRS Interpretation Committee*, que encaminhou ao *Board* do IASB. Em junho de 2021, o *Board* do IASB decidiu provisoriamente propor alterações adicionais a IAS 1 e adiar a data efetiva das alterações de 2020 para pelo menos 1º de janeiro de 2024.

- Alteração da IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro, correlato ao CPC 23, esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Esta alteração entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração da IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, correlato ao CPC 32, esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

- IFRS 17 - Contrato de Seguros, correlato ao CPC 50.

A Companhia não espera impacto relevante da adoção dessas alterações.

d. Demonstração do valor adicionado

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

e. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes nos critérios de determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões de estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos prospectivamente estão apresentadas a seguir:

(f) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis. Esta é uma área que requer julgamento por parte da Administração na determinação de estimativas quanto à capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, com base em projeções elaboradas e com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que possam sofrer alterações. Essas operações são periodicamente revisadas e aprovadas pela administração.

(g) **Provisões para processos judiciais trabalhistas, civis e tributários:** A Companhia possui processos trabalhistas, civis e tributários em andamento. Com isso, a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões judiciais mais recentes, de cada caso específico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O saldo de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de recebimento (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Comparando os doze meses de 2022 com o mesmo período de 2021 e considerando a exclusão das transações geradas através do Auxílio Emergencial, o volume recorrente apresentou acréscimo de 8% frente a R\$ 319,9 bilhões para o mesmo período de 2021. O volume transacionado no produto débito em 2022 atingiu R\$ 230,3 bilhões através das transações recorrentes e da Poupança Social Digital.

Comparando os doze meses de 2021, o volume recorrente do Débito reduziu 3% frente a R\$ 236,6 bilhões em 2021. O produto crédito teve um acréscimo de 38% em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 113,1 bilhões de volume transacionado em 2022 frente a R\$ 82,0 bilhões em 2021.

Em termos de quantidade de transações, a Elo atingiu 4,6 bilhões de transações nos doze meses de 2022, sendo 7,9 milhões de transações referentes à Poupança Social Digital. Com relação ao mesmo período de 2021, a quantidade de transações atingiu 4,5 bilhões, sendo 83,4 milhões de transações referentes à Poupança Social Digital. Quando comparado com a quantidade de transações recorrentes, ou seja, excluindo as transações referentes à Poupança Social Digital, tivemos um acréscimo de 4% em relação ao mesmo período de 2021.

A receita líquida do ano de 2022 atingiu a marca de R\$ 1.495,2 milhões, sendo R\$ 0,5 milhão oriundo das transações da Poupança Social Digital. Excluindo-se os efeitos não-recorrentes, a receita líquida apresentou uma performance 4% superior em comparação ao mesmo período de 2021, que totalizou em R\$ 1.431,2 milhões.

Os custos de serviços prestados totalizaram R\$ 365,6 milhões comparado com R\$ 203,3 milhões para o mesmo período de 2021. Essa variação ocorreu principalmente pelo (i) aumento dos custos com benefícios ao portador de cartão de crédito devido principalmente à retomada de viagens e ao aumento da utilização dos benefícios devido ao crescimento de cartões ativos de crédito, (ii) impacto de R\$ 16,2 milhões relativo ao contrato de compra da Plataforma de Autorização da Elo que gerou créditos tributários sobre custos de períodos anteriores em 2021e que não se repetiu em 2022, (iii) incremento em R\$ 7,1 milhões de custos com amortização em conexão com a aquisição do software da Plataforma de Autorização e Processamento que ocorreu em 31 de março de 2021 e (iv) aumento de custo de processamento devido a ajuste inflacionário previsto em contrato com o fornecedor.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 152,3 milhões comparado com R\$ 165,6 milhões em relação ao mesmo período de 2021, representando uma redução de 8%. Isso ocorreu devido principalmente a ações de retomada pós pandemia da COVID-19 que ocorreram em 2021 e não se repetiram durante 2022 no mesmo patamar.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 356,1 milhões comparado com R\$ 345,1 milhões em relação ao mesmo período de 2021, representando um aumento de 3%. Isso ocorreu principalmente a (i) aumento de gastos com pessoal, devido ao crescimento do número de pessoas e ajuste inflacionário no período e (ii) aumento das despesas com terceiros.

O resultado financeiro totalizou R\$ 42,9 milhões positivos, um aumento de R\$ 26,1 milhões quando comparado com o mesmo período de 2021 que totalizou em R\$ 16,8 milhões positivos. Essa variação é explicada principalmente por (i) incremento de R\$ 30,9 milhões da receita de aplicações financeiras devido principalmente ao aumento da taxa "DI" quando comparado os mesmos períodos analisados de 2022 e 2021, (ii) aumento de R\$ 3,2 milhões referentes a despesas de atualizações monetárias, principalmente explicado pelo maior acúmulo de juros incorridos sobre as parcelas da aquisição da marca "Elo", (iii) incremento de R\$ 1,5 milhões de impostos devido a maior receita financeira e (iv) R\$ 1,2 milhões de outros efeitos relativos a outras receitas, variação cambial, despesas bancárias e demais juros que incorreram nesse período.

Portanto, no acumulado de doze meses de 2022, a Elo registrou um lucro líquido de R\$ 453,7 milhões, representando um decréscimo de 10% em relação ao mesmo período de 2021. Excluindo-se o item não recorrente dos resultados da Companhia, oriundo do volume da Poupança Social Digital, o lucro líquido ajustado terminou em R\$ 453,4 milhões comparado com R\$ 501,1 milhões para o mesmo período de 2021, o que representou também um decréscimo de 10%.

Os dividendos da Companhia são distribuídos conforme deliberação em assembleia respeitando a destinação mínima estabelecida em Estatuto de 5% do lucro líquido do exercício.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em consonância com a Instrução CVM nº 162/22, informamos que, durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não contratou os serviços de auditoria independente da KPMG não relacionada a auditoria das demonstrações financeiras da Elo Serviços.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objeção. Para tanto, a Elo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios interrelacionados aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em adição, quando ocorre uma contratação, os serviços propostos são permitidos e estão em consonância com as regras de independência com base no seguinte: (i) as transações objeto de asseguração são identificadas e fornecidas sob responsabilidade da Administração; (ii) o Auditor independente não assume papel ativo em nenhuma negociação ou elaboração das informações objeto de asseguração; (iii) o Auditor independente não faz representações em nome da Elo; (iv) os resultados da asseguração não impactarão as demonstrações financeiras da Elo e não são submetidos à própria revisão do Auditor Independente; (v) o Auditor não faz nenhum tipo de modelagem ou desenvolvimento de rotinas relacionadas às transações objeto de asseguração; e (vi) o resultado do trabalho é factual. Adicionalmente, na Elo, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa passa pela aprovação do Comitê de Auditoria.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

À Administração

Demonstrações dos resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida		23	14.955.171
Custo dos serviços prestados	24	(365.562)	(203.280)
Despesas com vendas	24	(165.292)	(165.583)
Gerais e administrativas	24	(356.152)	(345.054)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		621.165	726.133
Receitas financeiras	25	76.270	44.394
Despesas financeiras	25	(33.305)	(27.616)
Resultado financeiro, líquido		42.965	16.778
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		664.130	742.911
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Correntes	22.a	(205.652)	(195.565)
Diferidos	22.a	(4.748)	(40.391)
Lucro líquido dos períodos		453.730	506.955
Resultado por ação		0,18	0,20
Resultado por ação - básico e diluído		0,18	0,20

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações dos resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de Reais)			
	2022	2021	
Resultado dos exercícios	453.730	506.955	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	453.730	506.955	
Resultado abrangente atribuível aos:			
Acionistas controladores	453.730	506.955	
Resultado abrangente total	453.730	506.955	

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de Caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		453.730	506.955
Lucro líquido		453.730	506.955
Ajustes ao lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	24	30.074	30.489
Juros sobre arrendamento	17.2	583	670
Juros sobre marca a pagar	18.d	25.834	7.484
Provisão para processos judiciais	20	6.184	5.633
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.b	4.748	40.391
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		2.415	550

(Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais)

(11.578) (7.940)
(991) 249.249
(29.421) (32.908)
6.459 (6.901)
11.084 (4.410)
117 17.049
132.986 (147.417)
(356) -
(71.042) 139.541
20.161 -
1.781 (262.449)
(

★ continuação **Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Em milhares de Reais)

stakeholders. A remuneração terá seu valor definido em função do atingimento de metas acordadas com o Conselho de Administração.

g. Imposto de renda e contribuição social
O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(f) Imposto corrente
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

(g) Imposto diferido
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. De acordo com a legislação tributária brasileira, a compensação de prejuízos pode ser utilizada para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de validade.
O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar as diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.
O valor contábil dos ativos de impostos diferidos é revisado a cada data de apresentação e um ativo de imposto diferido é reconhecido na extensão em que seja provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos ativos sejam utilizados. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua utilização.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido quando há direito legal ou contratualmente exigível de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade fiscal.

h. Ativos contingentes e provisão para processos judiciais

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias básicas e decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
Provisão para processos judiciais - são classificados como provisão para processos judiciais prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, é provável uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os provisões para processos judiciais classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e não divulgação.
Obrigações legais - as obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

i. Despesas antecipadas
Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

j. Reconhecimento de receita
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de incentivos, descontos comerciais e outras deduções similares.

Todas as receitas da Companhia, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Etapa 1: Identificação do contrato;
- Etapa 2: Identificação das obrigações de desempenho;
- Etapa 3: Alocação do preço da transação;
- Etapa 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
- Etapa 5: Reconhecimento da receita.

Desta forma, a Companhia classifica suas receitas em dois tipos: transacionais e receita de serviços.
A receita transacional é gerada em transações nacionais e internacionais por meio da cobrança de tarifas dos emissores de cartões e adquirentes com base na quantidade de transações e, principalmente, nos valores do volume transacionado. A receita transacional é registrada em um momento específico, pois o serviço é prestado quando uma compra é gerada em cartões ou outros dispositivos que carregam a bandeira da Companhia.
As receitas de serviços incluem serviços de valor agregado para suportar os clientes. Esses serviços incluem tarifas antifraude, tarifas de conectividade, tarifas de consultoria e outras taxas de serviços. O reconhecimento da receita de serviços é registrado quando o serviço é prestado ou disponibilizado ao cliente ou no período em que ocorrem as operações de pagamento envolvendo o serviço específico.

Arrendamentos
A Companhia possui arrendamento de seu escritório e equipamentos. Contratos de aluguel são normalmente fixados em períodos entre 1 e 6 anos, mas podem conter cláusulas com possibilidade de extensão. Em um mesmo contrato podem existir itens que sejam arrendados e itens não arrendados. A Companhia faz as alocações contábeis de acordo com os preços unitários de cada componente levando em consideração o que é arrendamento e o que não é. No entanto, para arrendamentos de imóveis para os quais a Companhia é arrendatária, a Companhia optou por não separar os componentes de arrendamento e os não arrendamentos e, em vez disso, contabiliza-os como um único componente de arrendamento. Os termos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm diferentes condições. Os contratos de arrendamento não impõem outras cláusulas além das garantias sobre os ativos arrendados que são detidos pelo arrendador. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Passivos de arrendamentos
Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera que sejam pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa de empréstimo incremental na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, alteração no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos fixos de arrendamento em substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:
• sempre que possível, usa financiamentos de terceiros recentes recebidos pelo arrendatário como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido.
• usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada pelo risco de crédito quando o arrendatário individual não possui financiamento recente de terceiros; e
• faz ajustes específicos para o arrendamento, por exemplo: prazo, país, moeda etc.
A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis de arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo de arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes nos pagamentos de arrendamento com base em um índice ou taxa entram em vigor, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso.
Os pagamentos de arrendamento são alocados entre principal e custo financeiro. A despesa financeira é debitada ao resultado durante o período do arrendamento de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor
A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo para seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de ativos de baixo valor para arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

Ativo de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de direito de uso. O custo do ativo de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. A menos que a Companhia esteja razoavelmente certa de obter a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados linearmente pelo menor entre sua vida útil estimada e o prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

4. Informações por segmento
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo a Diretoria Executiva Composta por 4 diretores estatutários no fechamento do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, sendo um deles o Diretor Presidente (CEO). As decisões da Diretoria Executiva são tomadas por maioria de votos, com base nas políticas e diretrizes aprovadas junto ao conselho de Administração.
Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.
Considerando que todas as decisões são baseadas em relatórios consolidados, e que todas as decisões relacionadas a planejamento estratégico e financeiro, compras, investimentos e alocação de recursos são feitas de forma consolidada, a Companhia atua em um único segmento, como agente de serviços financeiros, sendo que sua principal receita está relacionada às vendas para o mercado interno.
O volume das transações do mercado nacional representou 99,90% e 99,95% para o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.
No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui quatro clientes que, individualmente, representam mais de 10% da receita líquida e juntos representam 61% da receita líquida.

	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional	38.307	16
Moeda estrangeira (a)	10.767	6.088
Fundos de investimentos (b) (d)	422.181	236.177
Certificado de depósito bancário - CDB (c) (d)	139.413	468.730
	610.668	711.071

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX publicada no último dia útil do mês pelo Banco Central do Brasil.

(b) As aplicações com fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal, e possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

(c) As aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB) estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentar liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário Brasileiro (CDB). Os valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.
O volume das transações do mercado nacional representou 99,90% e 99,95% para o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

6. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Fee Elo - Credenciadores (a)	126.810	92.403
Fee Elo - Emissores (b)	77.166	99.892
Outras contas a receber	28	130
	204.004	192.425

A Companhia não reconheceu provisão de perda esperada para as contas a receber, considerando que não há taxa de perda histórica, não há inadimplência de ativo financeiro e nenhuma perda é esperada com base no negócio operacional da Companhia.

A Companhia conta com estrutura de gerenciamento de risco, vide nota explicativa 26.1.b.
a) O montante a receber refere-se ao *Fee* da bandeira com o credenciador, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia. O cálculo é feito com base na quantidade e o valor das transações. Este valor é registrado no momento de processamento das transações financeiras.
b) O montante a receber refere-se ao *Fee* da bandeira com o emissor, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia. O cálculo é feito com base na quantidade e o valor das transações. Este valor é registrado mensalmente dentro do mês de competência em que ocorre o processamento das transações financeiras.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito de PIS e COFINS (a)	16.590	21.713
Imposto de renda retido na fonte (b)	5.768	6.693
Imposto de renda e Contribuição Social	15.940	10.305
Outros	2.461	1.057
	40.759	39.768

a) Refere-se ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição Social sobre as Receitas (COFINS) recuperável em atividades de transação, estabelecido pela Lei 10.637/2002.

b) Refere-se a impostos retidos na fonte sobre as Receitas.

8. Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Incentivos (a)	182.897	154.047
Campanhas de marketing geral (b)	10.839	14.793
Software e aplicativos	12.973	10.700
Outras despesas antecipadas	5.099	2.848
	211.808	182.388
Circulante	53.037	77.628
Não circulante	158.771	104.760

(a) Referem-se a pagamentos efetuados a clientes no âmbito de acordos comerciais, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os termos dos respectivos contratos ou de acordo com o volume de transações de pagamentos e cartões de crédito emitidos.
(b) Referem-se às campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocínios.

9. Outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos garantias (a)	3.284	3.513
Depósitos judiciais	4.983	4.465
Adiantamento a fornecedores	12.817	17.174
Adiantamento a locatários (b)	18.244	20.634
	39.328	45.766
Circulante	29.825	32.287
Não circulante	9.503	13.499

(a) Em abril de 2016, a Companhia iniciou uma parceria com a DFS Services LLC ("Discover") com o objetivo de garantir o processamento de todas as transações no exterior. O custo originado deste processamento está incluído na rubrica "Custo dos serviços prestados" apresentada nas Demonstrações do Resultado.
(b) Refere-se a adiantamentos de serviços de saque com o objetivo de manter a movimentação financeira em caixas eletrônicas (R\$ 14.601 em 2022 e R\$ 17.827 em 2021). Esta transação gera receitas que são incluídas na Receita Bruta, substancialmente, com serviços apresentada na nota 23. Saldo remanescente desse grupo refere-se a outros adiantamentos a fornecedores.

10. Imobilizado

	Móveis e Sistemas	Sistema de	Outras
	equipamentos de	processamento	imobi-
	instala-	de dados	lizações
	ções	de dados	ções
	de	de	Total
	1.691	5.829	1.524
	909	1.524	12.097
Aquisições	3	266	829
Depreciações	(279)	(2.249)	(420)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.415	3.846	1.104
Aquisições	61	8.779	48
Depreciações	(421)	(397)	(2.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.385	2.011	9.834
			726
			15.149

Não ocorreram transferências nos ativos imobilizados durante os exercícios apresentados.

11. Intangível

	Software e licenças	Projetos cooperativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.643	-	4.643
Aquisições (a)	178.511	-	178.511
Amortizações	(22.959)	-	(22.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	160.195	-	160.195
Aquisições	4.091	6.428	10.519
Amortizações	(30.258)	-	(30.258)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	134.028	6.428	140.456

a) Em 31 de março de 2021, a Elo adquiriu a plataforma de autorização e processamento, pelo valor de R\$ 177.895. A vida útil desse ativo intangível é estimada em 75 meses. Esta aquisição permite que a Companhia desenvolva melhorias na plataforma de forma mais rápida e eficiente.

Não ocorreram baixas nos ativos intangíveis durante os exercícios apresentados.

12. Salários e encargos

	31/12/2022	31/12/2021
Participação nos resultados (a)	58.486	61.360
Provisão de férias	11.487	9.768
Encargos - INSS	8.056	7.115
Outros	1.280	948
	79.309	78.191
Circulante	57.040	58.310
Não circulante	22.269	20.877

(a) A composição do montante refere-se às provisões de participação no resultado a curto e longo prazo.

13. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de imposto de renda	9.995	3.303
Provisão de Contribuição social PIS e COFINS	5.232	3.041
ISS	20.095	22.023
IRRF sobre salários	4.379	4.735
Outros tributos a recolher	8.350	8.131
	2.100	1.639
	50.151	42.882

As obrigações com gastos de incentivos apresentados nos anos de 2022 e 2021 contêm transações com partes relacionadas, conforme apresentado na nota 18.

15. Receita diferida

Referem-se a receitas com consultoria, os quais são reconhecidas na demonstração do resultado, de acordo com as respectivas realizações.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita diferida (a)	20.161	-
	20.161	-

a) As receitas diferidas apresentadas nos anos de 2022 e 2021 contêm transações com partes relacionadas, conforme apresentado na nota 18.

As movimentações das receitas diferidas são apresentadas a seguir:

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	
Constituição	-	22.693
Realização	-	(2.532)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.161	-

16. Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Processamento e Serviços (a)	55.716	37.527
Marketing e Publicidade (b)	7.893	13.526
Outras Contas a Pagar	4.549	15.328
	68.158	66.381

a) Referente aos custos incorridos para processamento de transações e para prestação de serviços.
b) Referente a campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocínios.

17. Ativo e Passivo de arrendamento

Os arrendamentos da Companhia que estão dentro do escopo do IFRS16 são:
- Locação do edifício onde a sede está localizada, cujo prazo contratual é de 6 anos.
- Computadores e equipamentos de TI. Os contratos têm prazo de até 3 anos.

17.1 - Direitos de Uso

As movimentações dos saldos dos ativos de arrendamento - direito de uso são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	11.251	10.319
Juros provisionados	583	670
Pagamentos	(4.868)	(3.982)
Adições	106	4.244
Saldo em 31 de dezembro	7.072	11.251

Circulante 3.655 4.124
Não circulante 3.417 7.127

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contra-prestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Nominal	Ajustado	Valor Presente
Fluxos de caixa			
Contra-prestação do arrendamento	7.495	7.072	
Pis/COFins potencial (9,25%)	693	654	
Embora a metodologia contábil utilizada pela Companhia esteja em linha com a regra disposta no IFRS16, ela gera distorções na informação a ser prestada devido ao descausamento entre fluxo de caixa e valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Deste modo, a Companhia recalculou os valores de depreciação e encargos financeiros do exercício total de vigência dos contratos ativos em 31 de dezembro de 2022, com base em um fluxo de caixa futuro que incorpora a expectativa inflacionária (fluxo nominal).			
Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos dos passivos de arrendamento e suas respectivas despesas financeiras, dos ativos de direito de uso e suas respectivas despesas de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:			

	2022	2023	2024	2025
IPC	5,79%	5,31%	3,65%	3,25%

Ativo de arrendamento:
Fluxo sem inflação 6.216 2.789 12 -
Fluxo com inflação 6.576 2.937 12 -

Passivo de arrendamento:
Fluxo sem inflação 7.072 3.160 14 -
Fluxo com inflação 7.481 3.328 14 -

Despesas financeiras:
Fluxo sem inflação 522 314 105 -
Fluxo com inflação 552 331 109 -

Despesas de depreciação:
Fluxo sem inflação 3.498 3.427 2.777 12
Fluxo com inflação 3.701 3.609 2.879 12

18 Partes relacionadas

As partes relacionadas correspondem a transações como contas a receber e contas a pagar dos bancos emissores dos acionistas (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal), controladoras (Elo Participações Ltda., Bradescard Elo Participações S.A. e Caixa Cartões Holding S.A.) e empresas ligadas nas quais os acionistas controladores detêm participações societárias, tais como: Cielo S.A., Alelo S.A., Banco Digio S.A., BV, Bitz e Tecban. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não registrou nenhuma perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes relacionadas aos valores devidos por partes relacionadas por entender que não há risco de crédito significativo sobre os saldos em aberto.

A tabela a seguir apresenta as transações com partes relacionadas:

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em		Saldo em
	31/12/2020	Constituição	
Provisão para incentivos	8.896	32.489	41.385
Provisão para imposto sobre receita	2.854	—	1.901
Total do ativo	133.282	39.410	85.750
Provisão de receitas	(11.418)	—	(7.735)
Impacto IFRS 15	(1.718)	—	(693)
Provisão para depósitos judiciais	(82)	(58)	(140)
Outros	54	158	(212)
Total passivo	(13.164)	100	(6.022)
Total líquido dos impostos diferidos	120.118	39.510	(79.900)

c. Previsão de realização dos créditos tributários

Expectativa de realização	2022	
2023	—	68.281
2024	—	124
2025	—	7.037
2026	—	(252)
2027	—	(210)
Total	—	74.980

23 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta transacional	1.884.375	2.285.685
Receita bruta com serviços	76.020	56.808
Impostos s/ faturamento (ISS, PIS COFINS)	(219.016)	(266.370)
Incentivos	(246.208)	(636.073)
Receita Líquida	1.495.171	1.440.050
Receita transacional líquida	1.673.911	2.025.707
Receita de serviço líquida	67.467	50.416

24 Custo e despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Processamento e Serviços (a)	(349.146)	(204.767)
Despesas com Pessoal (b)	(234.144)	(215.319)
Marketing e Publicidade (c)	(114.216)	(156.384)
Serviços de Terceiros (d)	(102.009)	(108.670)
Despesas Corporativas (e)	(77.701)	(66.440)
Depreciação e Amortização	(38.074)	(30.489)
Outros	(10.550)	(26)
Créditos Tributários (f)	51.834	88.178
	(874.006)	(713.917)

Classificado em:
Custo dos serviços prestados
Despesas com vendas
Despesas gerais e administrativas

- a) Custos relacionados com transações, serviços com cliente e beneficiários de cartões de crédito.
- b) Despesas com salários, treinamento, benefícios e encargos. Em relação às despesas com benefícios, estão incluídos os gastos com participação nos lucros e benefício de pensão.
- c) Substancialmente despesas com campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocínios.
- d) Gastos com serviços de consultoria, jurídicos e de auditoria.
- e) Despesas com instalações, viagem, serviços de suporte, materiais de escritório e outros.
- f) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

25 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	75.306	44.123
Atualização de impostos a recuperar	45	5
Atualizações monetárias	16	—
Variação cambial positiva	—	—
Outras receitas	903	266
Total de receitas financeiras	76.270	44.394
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(3.642)	(2.087)
Variação cambial negativa	(629)	(19)
Despesas bancárias	(1.724)	(1.263)
Juros, atualizações monetárias e multas (a)	(26.721)	(23.559)
Juros de arrendamentos	(583)	(670)
Outras despesas	(6)	(18)
Total de despesas financeiras	(33.305)	(27.616)
Resultado financeiro	42.965	16.778

a) A maior parte do montante do exercício de 2022 refere-se a atualização monetária da marca.

26 Gerenciamento de risco

26.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro de suas operações. A gestão de Risco da Companhia é realizada seguindo o modelo de três linhas de defesa para implantação e monitoramento do sistema de controles internos, sendo a primeira linha de defesa formada pelas áreas de negócio, principais responsáveis pelo gerenciamento dos riscos, processos, sistemas e controles sob sua gestão; a segunda linha de defesa contempla atividades desempenhadas pelas áreas de governança do ambiente de controles, desenvolvida pela Diretoria de Riscos e Compliance; a terceira linha é composta pela auditoria interna que tem como principal responsabilidade monitorar e avaliar os controles internos e procedimentos estabelecidos pelos administradores, e se reporta diretamente ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria.

a. Risco de liquidez

É o risco em cumprir as obrigações associadas aos passivos financeiros que no momento do vencimento deverão ser liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro suficientes. A abordagem da administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerenciado pela Tesouraria. Na data do balanço, a Companhia mantém aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) de R\$ 139.413 (2021 - R\$ 468.790, fundos de investimento em renda fixa de R\$ 422.181 (2021 - R\$ 236.177) e outros ativos líquidos de R\$ 49.074 (2021 - R\$ 6.104) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	31 de dezembro de 2022			
	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos
Fornecedores	23.990	—	—	23.990
Dividendos propostos	408.286	—	—	408.286
Outras contas a pagar	68.158	—	—	68.158
Incentivos	104.109	—	—	104.109
Marca a pagar	—	154.062	—	154.062
Passivo de arrendamento	1.152	2.503	3.417	7.072
Passivos financeiros	605.695	156.565	3.417	765.677

A Administração		Diretor Financeiro - Gabriel Ramirez Coelho	
Presidente - Giancarlo Greco			

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Elo Serviços S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elo Serviços S.A. ("Companhia" ou "Elo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elo Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita operacional líquida

Conforme Notas nº 3.j e 23, a receita operacional da Elo Serviços S.A. é composta por três tipos de receita: transacional, serviços e a reductora da receita, incentivos. Consideramos o reconhecimento da receita transacional como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos saldos e aos diferentes tipos de contratos com emissores e credenciadores, do volume de transações, e da relevância de tecnologia da informação e de informações de terceiros para o monitoramento do volume das transações e do consequente reconhecimento da receita.

As receitas transacionais são provenientes das comissões com os emissores e credenciadores de cartões de débito e crédito, calculadas com base no volume das transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos com a bandeira ELO.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos processos de aprovação dos contratos, validação dos fees praticados com os emissores e credenciadores utilizados como base para o cálculo das receitas. Adicionalmente, o desenho dos controles internos automatizados de monitoramento e controle do volume de transações, foram avaliados com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação.

Com base em amostragem, efetuamos procedimentos de confirmação externa para validar a existência das transações com cartões de débito e crédito. Ainda com base em amostragem, efetuamos procedimentos de liquidação financeira dos valores de *fee* a receber.

	31 de dezembro de 2021			
	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos
Fornecedores	12.906	—	—	12.906
Dividendos propostos	23.174	—	—	23.174
Outras contas a pagar	66.381	—	—	66.381
Incentivos	175.150	—	—	175.150
Marca a pagar	—	145.488	160.968	306.456
Passivo de arrendamento	1.061	3.063	7.127	11.251
Passivos financeiros	278.672	148.551	168.095	595.318

b. Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito do contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado pela Companhia, tal como por meio da exigência de apresentação, por suas contrapartes, de garantias contratuais. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating interno "A", equivalente às empresas com grau de investimento com forte capacidade de pagamento das principais agências de ratings.

Risco de Crédito de Contraparte - Risco Emissor e Credenciador

É o risco de incorrer em perdas financeiras caso um participante do arranjo não cumpra com o compromisso contratual referente à troca de fluxos de caixa entre os Participantes dos Arranjos de Pagamento Elo ao longo da cadeia de pagamentos do arranjo. O Emissor incorre em risco de crédito quando o usuário final pagador inadimplir com sua obrigação de pagamento no prazo comercialmente pactuado com o Emissor, e o Credenciador incorrerá em risco de crédito quando estiver impossibilitado, parcial ou totalmente, de honrar com as entregas dos recursos para o usuário final recebedor (estabelecimento comercial).

Na hipótese de o Emissor ou o Credenciador inadimplirem o pagamento de suas obrigações junto aos usuários finais recebedores, a Elo incorrerá em risco de crédito e acionará as garantias aportadas pelos Participantes, nos termos do Regulamento e da Política de Risco de Crédito.

A Elo utiliza como instrumentos para gerenciamento do risco de crédito o aporte de garantias pelos Participantes (Emissor e Credenciador) por meio da aplicação de seu modelo de gestão de risco de crédito, da utilização de informações de bureaus de crédito e de agências de rating de forma a acompanhar a saúde financeira de seus Participantes.

Para avaliação/classificação de risco dos Participantes, a Elo utiliza um modelo matemático de análise de risco que consideram indicadores financeiros de cada empresa, participante dos arranjos de pagamentos da Companhia, quais sejam: (i) estrutura de capital; (ii) liquidez; (iii) cobertura de passivos de terceiros; (iv) índice de porte; e (v) rentabilidade e performance. Além disso, há aspectos qualitativos relacionados a questões operacionais da empresa, em que a identificação da existência de procedimentos internos contribui para a melhoria da classificação. O processo está em conformidade com métodos de avaliação de riscos reconhecidos no mercado financeiro como aptos às finalidades propostas, tendo sido apresentado recentemente ao Banco Central do Brasil no âmbito do processo de aprovação dos Arranjos de Pagamento Elo.

Por fim, a metodologia de aferição das garantias requeridas dos participantes pela Elo toma por base uma estimativa de perda do participante devido ao descumprimento com suas obrigações financeiras devido à falta de liquidez ou de quebra ou falha de seus sistemas. Cada participante após receber a sua classificação de risco (associada a uma probabilidade de *default*) tem o valor de garantia calculado a partir da multiplicação da probabilidade de default pelo seu volume transacionado dentro dos arranjos Elo.

Com base nessa metodologia, a Elo orienta os emissores e credenciadores a realizar aportes de garantias complementares de forma a mitigar o risco de suas operações. Recorrentemente, a Companhia realiza o monitoramento dessa atividade e atualiza os montantes de garantias solicitadas aos parceiros.

Os títulos públicos federais (LFT - "Letras Financeiras do Tesouro") alienados são mantidos por custodiante em conta em nome da contraparte. A Companhia não tem o direito de devolver essa LFT, mas pode vendê-las em caso de inadimplência por parte do cliente sobre suas obrigações de liquidação. Além disso, Cartas fianças também são fornecidas para servir como garantias irrevogáveis de pagamento. A Companhia avalia rotineiramente a viabilidade de instituições financeiras que oferecem esse tipo de garantia.

Historicamente, não ocorreram eventos de inadimplência de liquidação, nem houve a necessidade de acionamento de garantias. No entanto, as obrigações futuras da Companhia, que podem ser materiais sob as suas garantias, não são determináveis, uma vez que dependem de eventos futuros.

A exposição de liquidação da Companhia é limitada ao número de transações de pagamento Elo não liquidadas em qualquer momento. A Companhia mantém e revisa regularmente políticas e procedimentos globais de risco de liquidação para administrar a exposição de liquidação, que pode exigir que os clientes forneçam uma garantia adicional caso certos padrões de crédito não sejam atendidos.

A posição das Garantias citadas está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos do Tesouro (LFT)	224.946	339.024
Carta Fiança	322.656	149.854
Garantias	547.602	488.878

c. Risco de Mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

Embora a operação global da Companhia seja pouco representativa, a Elo está exposta ao risco cambial resultante de exposições a algumas moedas, basicamente o dólar americano.

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no exterior. A transação efetuada entre o portador do cartão é convertida para moeda nacional na data da compra, porém as contas a pagar do banco emissor a bandeira é feita em moeda estrangeira. A Elo possui suas contas a receber dos Banco Emissores e suas contas a pagar aos estabelecimentos em dólar, com o mesmo fluxo de recebimento e pagamento.

A administração acredita que qualquer efeito da variação cambial sobre a exposição da Companhia ao risco cambial não teria efeito material em suas demonstrações financeiras, uma vez que as transações nacionais representaram 99,19% e 99,95% para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

(ii) Risco de Juros

A demonstração de receita financeira da Companhia está sujeita a alterações decorrentes de depósitos bancários que rendem juros contratados a taxas de juros de mercado flutuantes.

A Companhia investe seu caixa em instituições financeiras de primeira linha e opera com instrumentos financeiros dentro dos limites estabelecidos pela política de aplicação, que consiste em aplicações em fundos de investimento de renda fixa administrados por bancos acionistas (Banco Bradesco SA, Banco do Brasil SA e Caixa Econômica Federal) ou em CDB (Certificado de Depósito Bancário) pós-fixados, também emitidos por bancos de acionistas, à taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com carência de até 365 dias corridos.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado decorre principalmente das aplicações financeiras e está sujeita à variação do CDI. Para tanto, foi desenvolvida uma análise de sensibilidade considerando a exposição à variação do CDI, indexador das linhas de aplicações financeiras da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi utilizado um cenário de 13,75% conforme premissas econômicas - DEPEC divulgado pelo Bradesco em 12 de Dezembro de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi utilizado um cenário provável para um horizonte de 12 meses, com taxa esperada de 11,75% conforme as taxas referenciais do CDI divulgadas pelo Banco Central (relatório Focus de 7 de janeiro de 2022).

Os cenários considerados foram os seguintes:

- Cenário I: aumento de 50% na variável de risco.
- Cenário II: aumento de 25% na variável de risco.
- Cenário III: redução de 25% na variável de risco.
- Cenário IV: redução de 50% na variável de risco.

	Cenários em 31/12/2022			
	Risco provável	Aumento 50%	Aumento 25%	Queda 25%
Receita Financeira	77.226	115.839	96.532	57.919
Efeito	77.226	115.839	96.532	57.919

	Cenários em 31/12/2021			
	Risco provável	Aumento 50%	Aumento 25%	Queda 25%
Receita Financeira	82.834	124.250	103.542	62.125
Efeito	82.834	124.250	103.542	62.125

(d) Risco operacional

A Companhia mantém uma metodologia estruturada de análise e controle de riscos, identificando e classificando os riscos estratégicos, operacionais, financeiros, regulatórios, entre outros, para os quais desenvolveu um mapa de riscos e uma estrutura de sistema de controle com base na frequência e extensão de cada risco identificado.

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos:
(i) falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento;
(ii) falhas na identificação e autenticação do usuário final;
(iii) falhas na autorização das transações de pagamento;
(iv) fraudes internas;
(v) fraudes externas;(vi) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;(vii) práticas inadequadas relativas a usuários finais, produtos e serviços de pagamento;(viii) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;(ix) ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da instituição de pagamento ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados;(x) falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
(xi) falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

26.2 Estimativa de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco. Segundo o IFRS13/CPC 46, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

- (a) **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- (b) **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.
- (c) **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Os demais ativos financeiros são mensurados ao valor justo, que é igual ao valor contábil. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação.

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021			
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível	Valor Contábil	Valor Justo	Nível
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa - Fundos de investimentos	422.181	422.181	I	236.177	236.177	I
Caixa e equivalentes de caixa - Certificados de depósito bancário	139.413	139.413	II	468.790	468.790	II
Contas a receber	204.004	204.004	II	192.425	192.425	II
Outros créditos - Depósito em garantia	3.284	3.284	II	3.513	3.513	II
	768.882	768.882		900.905	900.905	
Passivos Financeiros						
Dividendos a Pagar	408.286	408.286	II	23.174	23.174	II
Incentivos Financeiros	75.933	75.933	II	169.660	169.660	II
Fornecedores	23.990	23.990	II	279.573	279.573	II
Outras contas - desenvolvimento/manutenção e suporte	3.663	3.663	II	3.326	3.326	II
	511.872	511.872		475.733	475.733	

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

</